

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº **20.026.2015-80-TCE**
ENTIDADE: Câmara Municipal de Sena Madureira
NATUREZA: **Prestação de Contas**
OBJETO: (Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício de 2014).
RESPONSÁVEL: **Mastroianne Furtado de Souza É Presidente à Época.**
PROCURADOR:
RELATOR: **Cons. José Augusto Araújo de Faria**

ACÓRDÃO Nº 10.444/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal. Por unanimidade. Irregularidade. Aplicação de **Multa Sanção** ao Presidente. **Aplicação de Multa Sanção** ao Contador. Encaminhamento ao Ministério Público Estadual. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro- Relator José Augusto Araújo de Faria: A) Considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **MASTROIANNE FURTADO DE SOUZA** - Presidente à época, com fulcro nas alíneas **6^a** e **6^a** do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **B)** Aplicar **multa sanção** ao Senhor **Mastroianne Furtado de Souza** . Presidente à época, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), com fulcro no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão dos fatos noticiados no parecer do Parquet, constituírem graves infrações às normas legais de regência; **C)** Aplicar **multa sanção** ao Senhor **Orivaldo Silva do Amaral** . Contador, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), com fulcro no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão da divergência no valor do Saldo Patrimonial, quando comparado às informações do Balanço Patrimonial de 2013 e 2014 (**pois no Balanço Patrimonial de 2013 o Saldo Patrimonial é de R\$ 107.688,09 e no ano de 2014, o Saldo do** Processo TCE nº 20.026.2015-80-TCE (C/08 Anexos - Acórdão nº 10.444/2017).

Pág. 1 de 3

exercício anterior registrado é de R\$ 113.806,72), este fato, constitui grave infringência à norma contábil de regência da matéria; e, **D) Encaminhar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para as providências que entender adotar, quanto a Contratação das Empresas **Gonçalves e Freitas Ltda.**, (para fornecimento de combustível, no valor de R\$ 9.220,39), **INTEC** (fornecimento de Software de Contabilidade no valor de R\$ 36.000,00), **Monaliza V. M. de Araújo Ë ME**, (serviço de sonorização, no valor de R\$ 24.000,00), **sem realização de procedimento licitatório** e fora das hipóteses de contratação direta, em infringência ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 c/c art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93. Vencido em parte, o Conselheiro Relator que votou pela condenação do Senhor Mastroianne Furtado de Souza a devolver aos cofres municipais a quantia de R\$ 261.483,48 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos) e ao pagamento de multa acessória no valor de 10% (dez por cento), do valor a ser devolvido. **Após** as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco . Acre, 17 de agosto de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SERGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador do MPE/TCE/AC